



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA



eTC-4546/989/18-7

PROCESSO: eTC-4546/989/18-7

PREFEITURA: Prefeitura Municipal de Monte Mor.

EXERCÍCIO: 2018

Itens	Resultados
Ensino (mínimo=25%, art. 212, CF)	25,98%
FUNDEB (art. 21, da LF 11.494/2007)	100%
Magistério (mínimo=60%, ADCT da CF, art. 60, XII)	78,03%
Pessoal (LRF, art. 20, III, "b" c/c art.59)	49,74%
Saúde (mínimo=15%, ADCT da CF, art. 77, III)	26,21%
Transferências ao Legislativo (art. 29-A, da CF)	Regular
Precatórios	Irregular
Encargos Sociais	Irregular
Subsídios dos Agentes Políticos	Regular

Senhora Assessora-Procuradora-Chefe,

Tratam os autos das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Monte Mor, relativas ao exercício de 2018.

Cumprindo os R. Despachos (Eventos 137.1, 148.1 e 159.1), passo a me manifestar.

Por ocasião da inspeção levada a efeito pela Fiscalização – UR-3 – Campinas, foram apontadas ocorrências, as quais se encontram registradas na Conclusão do Relatório (Evento 133.1); notificados (Evento 137.1), as interessadas compareceram aos autos com suas razões de defesa e documentos (Eventos 166.1 a 166.11).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA



eTC-4546/989/18-7

A Assessoria preopinante – Economia (Evento 119.1) – analisou os atos em exame.

Sob os aspectos econômico-financeiros, o Setor Técnico constatou a existência de déficit na execução orçamentária desacompanhado de cobertura financeira do exercício anterior, o resultado financeiro negativo equivale a aproximadamente 65 dias de arrecadação, há insuficiência de liquidez face aos compromissos de curto prazo, a Administração não recolheu o valor de precatórios devidos no exercício, o Balanço Patrimonial não registra corretamente as pendências judiciais, inexistência de recolhimento da Contribuição Patronal relativa ao período de 01/2018 a 12/2018, inclusive a parcela referente ao 13º salário do RPPS; entendeu que os sucessivos déficits orçamentários observados, além de configurarem deficiências no planejamento e na gestão municipal, estão corroendo as contas da municipalidade, razão pela qual propôs a emissão de parecer desfavorável aos atos em exame.

É o relato necessário. Manifesto-me.

Por pertinente, informo a situação das contas da Prefeitura Municipal de Monte Mor nos 03 (três) exercícios pretéritos: 2017: **eTC-6789/989/16** – desfavorável, 2016: **eTC-4311/989/16** – desfavorável e 2015: **TC-2206/026/15** - favorável.

Observo que o Município de Monte Mor deu atendimento aos índices constitucionais relativos ao ensino, **25,98%**, na valorização do Magistério, **78,03%** e na saúde, **26,21%**, bem como estão regulares os aspectos relativos à aplicação dos recursos recebidos do



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA



eTC-4546/989/18-7

FUNDEB, **100%**, às transferências ao Legislativo e ao pagamento dos subsídios dos agentes políticos.

Por outro lado, subsistem nestas contas irregularidades que se mostram indefensáveis. Refiro-me à ausência de pagamento dos precatórios, o não recolhimento dos encargos sociais e os demais aspectos de cunho econômico-financeiro abordados por meu preopinante.

Penso que as falhas apontadas pela Fiscalização e confirmadas pela análise procedida não deixam margem a dúvida que os demonstrativos encontram-se comprometidos, assim, diante do exposto acima, proponho que seja emitido **parecer prévio desfavorável** a respeito das contas do Monte Mor, relativas ao exercício de 2018.

Ressalto, contudo, que o posicionamento aqui adotado não alcança os aspectos pertinentes às demais áreas de atuação desta ATJ.

À apreciação de Vossa Senhoria.
ATJ, 31 de outubro de 2019.

Maria Delma Araujo Ramos
Assessoria Técnica